

## CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE GRANDES PROJETOS URBANOS: DISPUTAS DESIGUAIS NO TERRITÓRIO METROPOLITANO DE BELÉM (PA)

Andre Luis Assunção de Farias<sup>1</sup>  
Aline Pantoja Malato<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os conflitos socioambientais produzidos por grandes projetos na Amazônia envolvem diferentes atores, como grandes empreendimentos rodoviários, hidrelétricos, portuários, minero-metalúrgicos e urbanos, gerando danos ambientais e colocando grupos sociais em colisão. Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar os conflitos socioambientais produzidos pelos Grandes Projetos Urbanos (GPU) no Território Metropolitano de Belém (TMB), compreendendo como se manifestam na comunidade local. A metodologia, de base bibliográfica e de abordagem qualitativa, utilizou a abordagem da Ecologia Política, e o conceito de conflito socioambiental. Conclui-se que os conflitos socioambientais originados de GPUs, a exemplo do Aterro Sanitário de Marituba; do BRT Belém e da Macrodrenagem da Estrada Nova, indicam uma disputa assimétrica tanto do ponto de vista econômico quanto cultural e político entre os grupos sociais envolvidos, contribuindo para a reprodução da desigualdade ambiental na Amazônia e, por conseguinte, para a criação e perpetuação de riscos e danos desproporcionais sobre os mais pobres e moradores da periferia do TMB.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecologia Política, Regiões Metropolitanas, Projeto Urbano.

## SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS OF LARGE URBAN PROJECTS: UNEQUAL DISPUTES IN THE METROPOLITAN TERRITORY OF BELÉM (PA)

**ABSTRACT:** The socio-environmental conflicts produced by large projects in the Amazon involve different actors, such as large road, hydroelectric, port, mining-metallurgical and urban projects, causing environmental damage and putting social groups in collision. Before that, this article aims to analyze the socio-environmental conflicts produced by the Large Urban Projects (LUP) in the Metropolitan Territory of Belém (MTB), understanding how they manifest themselves in the local community. The methodology, based on a bibliographical and qualitative approach, has used the Political Ecology approach, and the concept of socio-environmental conflict. It is concluded that the socio-environmental conflicts originated from LUPs, like the Sanitary Landfill of Marituba; the BRT Belém and the Estrada Nova Macrodrainage, indicate an asymmetric dispute both from an economic, cultural and political point of view between the social groups involved, contributing to the reproduction of environmental inequality in the

<sup>1</sup> Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, Professor do Núcleo de Meio Ambiente. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: andre2016.farias@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social. UFPA. E-mail: aline.malato@icsa.ufpa.br

Amazon and, therefore, to the creation and perpetuation of disproportionate risks and harm to the poorest, black people and residents of the periphery of the MTB.

**KEYWORDS:** Metropolitan Regions, Political Ecology, Urban Projects.

## **CONFLICTOS SOCIALES Y AMBIENTALES DE GRANDES PROYECTOS URBANOS: DISPUTAS DESIGUAL EN EL TERRITORIO METROPOLITANO DE BELÉM (PA)**

**RESUMEN:** Los conflictos socioambientales que producen los grandes proyectos en la Amazonía involucran a diferentes actores, como grandes proyectos viales, hidroeléctricos, portuarios, minero-metalúrgicos y urbanos, provocando daños ambientales y colisionando grupos sociales. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es analizar los conflictos socioambientales producidos por los Grandes Proyectos Urbanos (GPU) en el Territorio Metropolitano de Belém (TMB), entendiendo cómo se manifiestan en la comunidad local. La metodología, basada en un enfoque bibliográfico y cualitativo, utilizó el enfoque de la Ecología Política, y el concepto de conflicto socioambiental. Se concluye que los conflictos socioambientales se originaron a partir de GPU, como el Relleno Sanitario de Marituba; del BRT Belém y el Macro Drenaje Estrada Nova, indican una disputa asimétrica tanto desde el punto de vista económico, cultural y político entre los grupos sociales involucrados, contribuyendo a la reproducción de la desigualdad ambiental en la Amazonía y, en consecuencia, a la creación y perpetuación de riesgos y daños desproporcionados a los más pobres, negros y vecinos de la periferia de la TMB.

**PALABRAS CLAVE:** Ecología Política, Proyectos Urbanos, Regiones Metropolitanas.

### **INTRODUÇÃO**

Os conflitos socioambientais vêm adquirindo maior repercussão e relevância no debate científico do século XXI, considerando o quadro da globalização, das disputas por recursos naturais e da crise ecológica. Nesse contexto, a crise ambiental verificada nas mudanças climáticas, nos desastres ambientais e na pandemia da covid-19 coloca em relevo a desigual distribuição dos riscos ambientais entre grupos sociais.

No Brasil contemporâneo, estes conflitos ganham nuances de ecocídio, consubstanciado em danos ambientais nos biomas do Pantanal e da Amazônia, impactando os recursos naturais, as comunidades tradicionais e as populações locais do campo e das cidades. Os embates entre grupos sociais hegemônicos e contra hegemônicos se manifestam nas queimadas, no desmatamento, no garimpo ilegal em terras indígenas e nas lutas urbanas por água e saneamento — situação agravada pelo desmantelamento da gestão ambiental promovida pela condução política da nação.

Por sua vez, a Amazônia, desde o seu processo de colonização, é marcada por conflitos socioambientais, configurados pela ocupação desigual e irregular de seu território, com crescimento desordenado e falta de planejamento (CASTRO, 2017). Os conflitos socioambientais, em relevo, envolvem grandes projetos hidrelétricos (CASTRO, 2018), portuários (NASCIMENTO, 2015; DAMASCENO et al., 2020), minero-metalúrgicos (CUTRIM, 2017; CANTO, 2015) e urbanos (CRUZ, 2012; ALVES, 2016).

Nesse sentido, a Região Metropolitana de Belém (RMB)<sup>1</sup>, assim como porções significativas urbanizadas na Amazônia, também se apresentam como palco de conflitos socioambientais (FENZL et al., 2020). O processo de metropolização das cidades situa-se num caráter desenvolvimentista, sendo necessário compreender e buscar soluções aos diversos tipos de conflitos socioambientais que emergem nessas regiões extensamente ocupadas e conturbadas com a presença dos grandes empreendimentos (LENCIONI, 2015).

A instalação dos Grandes Projetos Urbanos (GPU), na Região Metropolitana de Belém, resulta em transformações territoriais marcadas pela degradação ambiental, disputa territorial e exclusão socioespacial, o que desencadeia conflitos socioambientais. Assim, questiona-se: como os principais conflitos socioambientais produzidos pelos GPU se manifestam no Território Metropolitano de Belém (TMB)<sup>2</sup>?

Este artigo tem por objetivo analisar os principais conflitos socioambientais relacionados aos seguintes GPU: BRT-Belém (SILVA et al., 2018); o Aterro Sanitário de Marituba (DIAS, 2022) e a Bacia de Macrodrenagem da Estrada Nova (MOURÃO, 2022). A metodologia, de base bibliográfica e qualitativa, utiliza-se da ecologia política, guiada pelo conceito de conflito socioambiental de Acselrad (2004, 2009; 2015), Little (2001) e Leff (1998, 2021).

Para tal, está dividido em duas partes, excetuando as considerações finais. A primeira apresenta o quadro teórico que trata dos conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004), dos Grandes Projetos Urbanos (CRUZ; SILVA; SÁ, 2015) e da discussão sobre território, exposta por Saquet e Silva (2008), ao analisar escritos de Milton Santos,

---

<sup>1</sup> A RMB é uma área composta por 7 municípios (Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará) e por 2.505.242 habitantes (IBGE, 2021), sendo a segunda região metropolitana mais populosa da Região Norte do Brasil.

<sup>2</sup> O Território Metropolitano de Belém (TMB) é formado pelos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém (IBGE, 2021), acrescido de Barcarena, justificado por laços socioeconômicos, políticos, culturais e ecológicos. (FARIAS, 2022)

especialmente em países pobres como o Brasil. A segunda parte, discute a problemática de três GPU, analisando a origem, os problemas ambientais e os consequentes conflitos socioambientais advindos de suas respectivas implantações.

## DESENVOLVIMENTO

### CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, GRANDES PROJETOS URBANOS E TERRITÓRIO: CRÍTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA

A Ecologia Política propõe (re)ligar as partes desconectadas, sociedade e meio ambiente, pelo modo de produção capitalista, criticando a desigualdade ambiental e analisando os conflitos socioambientais. Aqui, os grandes projetos são identificados como parte importante deste processo, como engrenagens poderosas que produzem conflitos e potencializam a desigualdade ambiental.

Os conflitos socioambientais emergem nas sociedades capitalistas como antagonismos ecológicos, os quais “não nascem casualmente nem podem ser arbitrariamente eliminados”<sup>3</sup> (DAHRENDORF, 1963 apud BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 227). Portanto, os conflitos socioambientais surgem a partir da incorporação de agentes econômicos e sociais distintos, de caráter público ou privado, os quais afetam de modo desigual indivíduos ou grupos de determinado território.

Enrique Leff (1998) afirma que os conflitos socioambientais são um sensor das relações sociais que ocorrem no âmbito do acesso e uso dos recursos naturais, pois se configuram como centro de repercussão e debates, devido às mudanças nas relações humanas e ecológicas. Assim, compreende-se conflitos socioambientais como uma expressão das tensões no processo de produção e reprodução de modelos de desenvolvimento. Sua existência, embora pareça restrita a fronteiras e especificidades espaciais, está disseminada no mercado e nas relações capitalistas (ACSELRAD, 2004, p. 18).

A análise dos conflitos socioambientais deve considerar quatro dimensões que o constituem: 1) apropriação simbólica; 2) apropriação material da natureza; 3) durabilidade e 4) interatividade espacial das práticas sociais. (ACSELRAD, 2004). Estas

---

<sup>3</sup> Há que se ter muito cuidado em falar de “resolução de conflitos” em uma sociedade essencialmente conflituosa. Conflitos entre nações, conflitos de classes, de gênero e de raça estão mais aguçados na sociedade atual.

dimensões são importantes para entender a essência dos conflitos, os grupos sociais envolvidos e o papel do Estado.

Nos casos analisados, a essência está na apropriação desigual de elementos da natureza e de elementos simbólicos; há grupos hegemônicos e contra hegemônicos envolvidos, e o Estado mostra seu caráter classista quando analisadas as relações entre os “donos dos grandes projetos” e as representações políticas.

Para Acselrad (2015), os conflitos socioambientais urbanos são expressões da irreprodutibilidade existente da práxis espacial das cidades, além da contradição oriunda da necessidade de conceber entidades e regras capazes de regular o modo de reprodução das relações sociais urbanas adequadas às condições da cidade capitalista. Em síntese, os conflitos socioambientais urbanos têm nas relações cidadinas elementos naturais e sociais, que configuram o urbano e ganham maior magnitude quando produzidos por tensões originadas dos Grandes Projetos.

A ferocidade e a insaciabilidade dos GPU precisam ser compreendidas para além dos objetos técnicos. Eles estão a serviço de quem? Algumas análises tentam compreender este aspecto, na interação dialética entre desenvolvimento capitalista, planejamento regional e transformações urbanas e rurais, em um movimento de fragmentação territorial e redefinição do papel das cidades (VAINER, 2007).

Os GPU interferem na dinâmica socioambiental das cidades para potencializar seu valor de troca, pois são orientados pela lógica da cidade-empresa, da cidade-mercadoria, confirmando sua aceção enquanto sistema de objetos e de ações para a produção e reprodução capitalista (SANTOS, 1994).

Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instalá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontram a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000, p. 86).

Os GPU influenciaram historicamente o processo de urbanização na Amazônia (FENZL et al., 2020). O território é moldado de forma violenta, transformando as relações sociais e ecossistêmicas, e na TMB isto não é diferente. Questionar para quem, para quê e como se instalam os GPU no território é uma metodologia investigativa importante para lançar luz sobre o problema dos conflitos socioambientais produzidos por estes.

O território, enquanto lugar de troca, abrange as relações sociais e os atores envolvidos no processo. Nas regiões metropolitanas da Amazônia, não há separação nítida entre rural e urbano. Assim, o território é compreendido como espaço de múltiplas determinações construídas sobre uma base conflituosa.

Além disso, a ocupação territorial e as modificações socioespaciais e estruturais que ocorrem nesses espaços vêm carregadas de elementos específicos, cada um destes com um significado próprio, que vai além da simbologia e impacta de forma incisiva a transformação do ambiente e as relações sociais que ocorrem naquele determinado espaço.

Outrossim, este debate necessariamente perpassa por questões teórico-conceituais, políticas e culturais, instigando o questionamento sobre em qual posição e condição a sociedade está inserida, qual o seu direito legal de pertencimento e o tensionamento entre os agentes políticos e os representantes legais da comunidade afetada (VASCONCELOS, 2021).

Nesse sentido, é necessário identificar o conjunto de relações sociais existentes nos territórios e entender como ocorrem e se entrelaçam no tempo, de forma a compreender como os conflitos socioambientais surgem do tensionamento entre capital, Estado e sociedade. Assim, adota-se aqui o conceito de território de Souza (2008, p. 81):

Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

O território, então, terá uma significância diversa, mediante a necessidade social daqueles que ali estão inseridos. Vale ressaltar, porém, que o território está em disputa, diante de uma construção histórica e político-econômica, visando a reprodução do capital. Por esta razão, o território passa a ser palco de (re)produção econômica, seja nacional ou internacional, agravando o empobrecimento social e a diminuição de serviços públicos à comunidade local, além de danos e conflitos socioambientais.

Neste sentido, Santos (1996) afirma que há uma organização social, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo. Assim, o espaço é organizado de forma sistemática e influencia diretamente no uso do território. Castro (2018, p. 19), acerca da dinâmica territorial na Amazônia, complementa que “está diretamente conectada sobretudo pela via da problemática ambiental, como aparecem nas narrativas sobre a ciência, o território, os saberes e as riquezas naturais”.

A influência do território interfere diretamente nas relações sociais, as quais consistem em um conjunto amplo de interações que os indivíduos estabelecem no convívio social. No contexto de uma sociedade que vem passando por alterações socioespaciais, a partir da implementação dos GPU, essas relações tendem a ser tensionadas, levando aos conflitos socioambientais (CASTRO, 2018).

Assim, vemos emergir na RMB um aumento do investimento público e privado nas áreas urbanas, colocando a cidade em evidência sob uma transformação estrutural e social. No entanto, a execução desses projetos é tendenciosa e não leva em consideração as demandas sociais dos moradores desses espaços, agora ocupados e explorados pela lógica do mercado (CRUZ; PORTELA; NASCIMENTO, 2018).

A RMB não foge do discurso do progresso e da modernização, por meio do qual o projeto de urbanização desconsidera tanto o espaço físico e valores culturais em sua dimensão territorial, enquanto um valor fundamental à vida popular ali alocada, quanto os impactos ambientais que se desencadeiam com o seu assentamento, os quais produzem zonas de sacrifício.

Os territórios metropolitanos da Amazônia, como o TMB, se constituem em exemplos destas zonas de sacrifício, onde se apresentam múltiplas e complexas relações sociais, políticas, econômicas e ecológicas e cujo modelo econômico acaba sobrepujando grupos sociais vulneráveis e com estilos étnicos (LEFF, 2018) diferentes.

Assim, os conflitos socioambientais produzidos por GPU envolvem grupos sociais hierarquizados em classes, raça e gênero, os quais disputam de forma desigual entre si os recursos do território. Por outro lado, grupos hegemônicos não sofrem danos e riscos ambientais da mesma forma, tampouco dispõem de direitos de forma igualitária (ACSELRAD, 2009).

## **OS GRANDES PROJETOS URBANOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: DISPUTAS ASSIMÉTRICAS POR ELEMENTOS NATURAIS, MATERIAIS E CULTURAIS**

Esta seção dispõe-se a realizar uma síntese e análise da implementação de três GPU que estão sendo executados na região metropolitana de Belém, alterando a dinâmica do social da comunidade de seu entorno: o BRT-Belém, o Aterro Sanitário de Marituba e a Bacia da Macrodrenagem da Estrada Nova.

### **O BRT BELÉM: TENSÃO ENTRE TRABALHADORES, EMPRESÁRIOS E ESTADO**

A política de modernização urbana na Amazônia é histórica e se situa no campo da instauração do capital na produção e circulação dos bens e produtos de consumo (FENZL et al., 2020). Lima e Arruda (2019) rememoram que, como consequência das transformações urbanas na capital, desde a década de 1970, pode-se identificar a influência dos planos e projetos de mobilidade urbana no Município de Belém.

No período contemporâneo da reestruturação urbana, tem-se a execução do projeto BRT-Belém, idealizado pela administração da capital em 2011 e iniciado em 2012, com conclusão prevista em 24 meses, conforme edital de licitação. Apesar das contradições e denúncias judiciais de irregularidade do projeto, ainda assim as obras foram iniciadas no dia 16 de janeiro de 2012, através de uma liminar da justiça, sem que houvesse as audiências públicas obrigatórias previstas no art. 39 da Lei n.º 8.666/1993 (BRASIL, 1993).

[...] a prefeitura prescindiu, de forma ilegal, de um dos principais instrumentos de comunicação e interação com a sociedade: a audiência pública. Não houve discussão prévia com a população sobre como a obra seria realizada e [...] os possíveis transtornos que poderiam ser gerados (PADRÃO; ROCHA, 2013, p. 230).

O BRT-Belém foi imposto à população da cidade com a promessa de diminuir os transtornos ocasionados diariamente pelo trânsito. No entanto, o projeto apresentou contradições entre a expectativa criada e os danos e riscos ambientais produzidos na sua implementação.. Além disso, passados dez anos de obras, a população local segue prejudicada na espera por respostas, exigindo a implantação conforme o planejamento do projeto. Na verdade, a obra se arrasta sem implementação definitiva, provocando danos ambientais como alagamentos, mortes no trânsito, descarte irregular e acúmulo de resíduos sólidos.

Em razão dos problemas de implantação do BRT, a administração municipal não conseguiu cumprir com a sua responsabilidade de execução da política de mobilidade urbana, além de ter provocado diversos efeitos negativos com a execução mal planejada. Na avenida Augusto Montenegro, km 8, por exemplo, registram-se o descarte irregular de lixo, mato e bloquetes arrancados para a passagem de motoristas e pedestres que se arriscam a atravessar neste local (MAGNO, 2020).

Ainda são frequentes as denúncias sobre alagamentos em razão de obras não concluídas do projeto BRT, havendo trechos praticamente intransitáveis em períodos chuvosos. Outrossim, desde a implantação do sistema BRT, a população de Belém vem

sofrendo com extensos engarrafamentos, acidentes fatais, ônibus lotados e com a dificuldade de locomoção por parte de ciclistas e pedestres. Por fim, os moradores relatam a distância entre as estações BRT e as suas moradias, não atendem, portanto, a população que precisa do transporte público diariamente.

Considerada concluída a primeira fase do BRT pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em 2020, os primeiros resultados e os efeitos sentidos pela população não correspondem com o tempo de espera e com as expectativas geradas em torno do empreendimento. A obra física foi entregue, porém, o sistema integrado de ônibus de fato não foi implantado (CARDOSO, 2022).

No centro da problemática socioambiental do BRT, está a apropriação do tempo de vida que os trabalhadores levam em deslocamento, além do impacto na sua saúde física e mental. Neste sentido, o conflito socioambiental se expressou em vários protestos, como o fechamento da avenida Augusto Montenegro e Almirante Barroso, para denunciar os engarrafamentos, alagamentos e mortes no trânsito. Além disso, as ações judiciais para cumprimento do tempo de realização da obra colocaram em conflito instituições como o Ministério Público Federal e a Prefeitura de Belém.

## **O ATERRO SANITÁRIO DE MARITUBA (ASM): DISPUTA DESIGUAL ENTRE A EMPRESA GUAMÁ TRATAMENTO E QUILOMBOLAS DO ABACATAL**

O Aterro Sanitário de Marituba (ASM) consiste em um GPU criado para a destinação final do resíduo sólido produzido na região da Grande Belém. Foi construído a partir do fechamento do lixão do Aurá (antigo Aterro Sanitário de Belém) e é gerenciado pela empresa Guamá Tratamento de Resíduos (REVITA) desde 2016.

Nesse projeto, os descasos e ausências estatais podem ser vistos desde o licenciamento até a execução do ASM, pois, além de desrespeitar as normas ambientais vigentes, o aterro causa impactos deletérios às comunidades, em particular àquelas localizadas em seu entorno.

Antes mesmo de sua implantação, o empreendimento foi palco de grandes polêmicas entre a comunidade local, os órgãos administrativos e o Estado, tendo sido identificados ao todo 14 autuações, entre 2016 e 2017, contra o empreendimento, segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Figueiredo (2005) explica as condições legais sob as quais deveriam ser criados os aterros sanitários: “obedecidas às normas legais, deveriam estar localizados há dois

quilômetros do núcleo urbano, a 200 metros de distância de regiões de água e três metros acima do lençol freático e em local isolado”. No entanto, o ASM foi fixado em área próxima a comunidades locais, interferindo direta e indiretamente na dinâmica local e social desta região. Por esta razão, a população do entorno do ASM sofre com o mau cheiro constante e a poluição da água dos rios e do lençol freático, desencadeando problemas de saúde e a degradação da infraestrutura local e ambiental (DIAS, 2022).

A afixação deste empreendimento pelo poder público, permitindo a operação fora dos padrões ambientais, sinaliza a parcialidade do Estado. A flexibilização das leis ambientais atrai os investidores e acarreta aumento da desigualdade socioambiental e precarização das condições de vida urbana (ACSELRAD, 2013).

A situação do ASM parece confirmar a máxima que a vida humana tem um valor menor que o lucro, e a hostilidade produzida pelo padrão progressista que despreza e segrega a condição de vida humana evidencia as desigualdades sociais emergentes da sociedade capitalista (PEIXOTO; CONCEIÇÃO; MORAES, 2020). Diante disto, os conflitos se desenrolam como uma consequência da atuação mercantil, na qual a reprodução do capital se sobrepõe diante da função social da propriedade e da própria missão reguladora do Estado, que se rende ante a lógica do mercado, o que potencializa as crises ambientais e sociais.

Em resposta a essa permissividade estatal, verifica-se uma ascensão dos movimentos sociais urbanos, voltados para a defesa da vida. Gohn (2011) ressalta que os movimentos sociais vêm lutando contra a expansão capitalista predatória que despreza natureza e comunidades, apontando que a luta ambientalista também vem ocorrendo de forma crescente nos espaços urbanos pelo direito à saúde e por melhores condições de vida. Um exemplo disso é o Movimento “Fora Lixão”, que vem lutando pelo fechamento do ASM, combatendo, assim, a desigualdade ambiental e se constituindo num sujeito central do conflito.

Os conflitos socioambientais oriundos do ASM foram os mais tensos e violentos no TMB no último período, com tentativas de fechamento do aterro, rechaçadas pelas forças de segurança, ameaças de mortes a lideranças quilombolas e o fechamento da BR-316, que levou centenas de pessoas às ruas. Há, ainda, os enfrentamentos judiciais, que se desenrolam na lentidão da justiça brasileira, além da prisão de diretores da empresa Guamá Tratamentos — tudo isso configura exemplos do desenvolvimento deste conflito na RMB.

## MACRODRENAGEM DA BACIA DA ESTRADA NOVA: ESPECULADORES VERSUS MORADORES LOCAIS

O Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (Promaben) é um programa da Prefeitura de Belém, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O projeto traz a proposta de revitalização da orla do Rio Guamá e de intervenção viária, com serviços básicos e lazer, fomentando o turismo e a economia (MOURÃO, 2022).

Como respostas às demandas sociais urbanas da zona periférica, especificamente no bairro do Jurunas, a Prefeitura Municipal de Belém, no ano de 2006, lançou o Programa Portal da Amazônia. Cruz (2012, p. 160) aponta que a centralidade do programa está “na intervenção urbanística realizada na orla do rio Guamá e nas ações de saneamento das áreas ocupadas por moradias às margens dos cursos d’água que compõem a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN)”.

O modelo de intervenção urbanística deu origem a discussões que apresentaram as demandas sociais dos residentes das áreas afetadas pelo Promaben. O discurso do projeto aponta para um beneficiamento de 300 mil moradores de bairros diversos, como São Brás, Cremação, Condor, Guamá, Jurunas e Cidade Velha, localizados nas bacias hidrográficas da Estrada Nova e do Una (BELÉM, 2021).

O GPU encontra-se na segunda etapa de obras, que compreende os bairros do Jurunas e Cidade Velha (sub-bacia 1), iniciados em novembro de 2019, e nos bairros da Cremação e Condor (sub-bacia 2), em outubro de 2020. Atualmente estão em andamento obras do canal de descarga localizadas na Caripunas Beira Mar, no bairro do Jurunas, e obras de macrodrenagem com a colocação de aduelas de concreto e pavimentação no perímetro entre a Avenida Bernardo Sayão com a Rua dos Timbiras (BELÉM, 2021).

O projeto apresentava-se como uma “alternativa” para um dos problemas crônicos de Belém, que são as cheias que ocorrem no período de chuvas:

A área da bacia hidrográfica é beneficiada com redução significativa das áreas de inundação e alagamento, possibilitando a ocupação de forma menos insalubre da população que chega a Belém empurrada por projetos e programas do governo federal para desenvolvimento da região amazônica. (ARAÚJO, 2013 *apud* BRAGA, BARBOSA; ALMEIDA, 2014).

No entanto, o GPU vem sendo desenvolvido de forma centralizada, sem levar em consideração as condições locais dos moradores e de suas relações sociais, impactando socioeconomicamente a vida das famílias. Sua implantação afetou as relações de trabalho locais, uma vez que a área impactada era composta por atividades comerciais e de serviços, exercidas pela população local, a exemplo do Porto da Palha na avenida Bernardo Sayão.

Apesar das intervenções infraestruturais já realizadas na área, estas são apenas medidas paliativas que pouco tem resolvido as dificuldades vividas pelos moradores que historicamente, e atualmente, vão criando seus próprios meios de conviver com as carências urbanas (BRAGA; BARBOSA; ALMEIDA, 2014, p. 12).

As consequências da execução desordenada do projeto provocam a intensificação da segregação socioespacial da cidade e a alteração das atividades socioeconômicas desenvolvidas pela sociedade local, sobretudo pelos troca de interesses em relação aos usos da orla, que passou a obedecer aos ditames do desenvolvimento econômico do mercado imobiliário. Por esta razão, surgiram no local negócios que beneficiaram grupos sociais distintos daqueles que vivem no entorno do GPU.

Além disso, captou-se a presença de alagamentos (PONTE, 2015) e de acúmulo desordenado de lixo em vários pontos das obras, resultado da falta de coleta seletiva constante (RIOS, 2018), principalmente nas áreas de feiras, como no complexo de abastecimento do Jurunas, o que afeta mais de cinco mil famílias que vivem em situação de insalubridade e risco (BELÉM, 2020).

É, ainda, um vetor de problemas de saúde, uma vez que o chorume produzido pelo lixo acaba por escoar nas áreas de rios próximo dessas feiras, que contam com a presença de aglomerados de moradias palafitas (RODRIGUES; FONSECA, 2016). Essas são amostras dos problemas ditos estruturais que propiciam a questão da insalubridade local e do processo de marginalização de uma camada da população.

A área espacial onde fica localizada a Bacia da Estrada Nova configura-se como uma região construída e ocupada por um contingente populacional de baixo poder aquisitivo, onde há pouco ou nenhum acesso a serviços públicos e alto índice de impactos ambientais, devido à falta de políticas públicas que efetivem respostas às suas demandas (MOURÃO, 2022).

Atualmente, a população originária sofre o impacto das intervenções, rompendo espacialmente o processo de sociabilidade da comunidade por meio do remanejamento

de moradores, feirantes e portuários. Tais intervenções urbanas podem ser caracterizadas como um processo de gentrificação da periferia, a qual vislumbra o enobrecimento urbano, consequência da ausência do poder público (SILVA, 2019).

Garvão (2014) afirma que a segregação socioespacial na grande Belém é um evento oriundo de habitações precárias, devido à pobreza urbana e ao problema crônico de alagamentos em razão do baixo nível em áreas curvas e de estruturas deficientes e inseguras. Nesse sentido, a implantação dos GPUs no TMB segue uma característica de desenvolvimento de crescimento da desigualdade social territorial e segregação socioespacial, diante da presença de interesses políticos privados.

Tal configuração pode ser observada desde a implantação da obra do Portal da Amazônia, localizado na sub-bacia 01 (Jurunas e Cidade Velha). Diferentemente da propaganda de urbanização em seu projeto, o espaço tornou-se uma área de apropriação privada para uso e exploração imobiliária e varejista, sob a égide do capital, indicando o crescimento da especulação imobiliária e a alta segregação socioespacial (CRUZ, 2015).

Por sua vez, obras como a macrodrenagem ou o Projeto Orla executaram a remoção e o remanejamento da população, promovendo a ocorrência de conflitos socioespaciais entre a população que habita no entorno desses espaços, feirantes, comerciantes e portuários contra o capital privado, maior fonte de financiamento com interesses econômicos nas áreas alteradas (MOURÃO, 2022).

Tal como ocorreu nos demais perímetros em que as obras de macrodrenagem foram executadas, essa área segue como objeto de cobiça por grandes empresas e pelo capital imobiliário, que visualizam o GPU como fator de valorização econômica do metro quadrado. Leão (2014) afirma que há um descompasso no projeto, pois, ao mesmo tempo em que beneficiou o espaço público com o portal da Amazônia, segregou a população e não gerou benefícios às áreas portuárias e aos feirantes situados à margem do Rio Guamá.

Por esta razão, estabelecem-se na região conflitos socioambientais, seja pela disputa do uso do território, seja pelo direito ao pertencimento ao território, concentrando-se nas áreas da segunda etapa (Promaben II). A partir de sua implantação, está previsto o remanejamento de 890 imóveis e remoção de feirantes em espaços como o Porto da Palha, no bairro da Condor, e a Feira do Açaí, no bairro do Jurunas, o que irá intervir diretamente nas relações de trabalho e na dinâmica social da população local.

Neste caso, os impactos e conflitos socioambientais se configuram de forma patente pela exclusão social. A população que foi removida das margens do canal não foi devidamente realocada, e as ações voltadas para requalificação e recuperação ambiental dessa área não foram estabelecidas conforme a legislação. Assim, a educação ambiental e ecológica e a sustentabilidade perdem sua eficácia com a exclusão das áreas verdes e a falta de saneamento (MOURÃO, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos socioambientais produzidos pelos GPU são fenômenos que exigem pesquisa científica acurada, sob a perspectiva interdisciplinar e crítica. A compreensão teórica da ecologia política, desnudou que os conflitos são produzidos historicamente, geram efeitos desiguais sobre os grupos partícipes e ganham relevância quando potencializados pela forma de resistência.

Os efeitos dos Grandes Projetos sobre o processo de urbanização das metrópoles na Amazônia, especificamente, os Grandes Projetos Urbanos ocupam uma centralidade quando se trata de conflitos envolvendo elementos naturais e formas distintas de apropriação e uso. O artigo demonstrou o papel dos GPU como centros gravitacionais de conflitos, com especificidades não apenas pela magnitude das transformações sobre a vida de milhões de pessoas, mas sobretudo porque afetam de forma desigual grupos oprimidos e os donos do poder econômico e político.

Fica evidente que os principais conflitos socioambientais presentes no Território Metropolitano de Belém ocorrem pela disputa dos elementos naturais, materiais e simbólicos, sendo os GPU instrumentos desta luta assimétrica de poder. Entre os elementos naturais, os casos analisados enfatizam a apropriação privada do solo, da água e do ar, seja pelo uso na implantação dos megaprojetos, seja pela contaminação e distribuição desigual, como no caso da poluição produzida pelo Aterro Sanitário de Marituba.

O véu de que a degradação ambiental é “democrática” cai por terra quando verificados, nos exemplos trabalhados, que o risco ambiental é maior para os mais pobres e moradores das periferias do TMB. O Estado é, também, desnudo em seu caráter classista, ao permitir a instalação de GPU produtores de desigualdade socioambiental.

Contudo, os conflitos socioambientais têm na sua essência lutas por elementos materiais e simbólicos, seja pela especulação imobiliária no uso da terra, vislumbrados no projeto da macrodrenagem da Estrada Nova, como apontado no caso; seja pela apropriação do tempo do trabalhador urbano no deslocamento dentro do BRT e na difícil mobilidade urbana metropolitana. Aliás, os efeitos nocivos da apropriação do tempo ainda não foram plenamente analisados. Abre-se uma nova agenda de pesquisa sobre os aspectos materiais e imateriais dos conflitos socioambientais, que podem ser compreendidos na reflexão da ecologia política.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à PROPESP/UFPA pelo benefício da bolsa de iniciação científica, pois permitiu a participação da discente de graduação na pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Cidade – Espaço Público? A economia política do consumismo nas e das cidades. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 234–247, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2682>. Acesso em: 8 jul. 2022.

ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O Social em Questão**, v. 18, n. 33, p. 57-68, 2015. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_33\\_1\\_Acserald.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_1_Acserald.pdf). Acesso em: 8 jul. 2022.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BELÉM. Prefeitura Municipal. Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova. **Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – Promaben: Histórico**. Belém, PA: UCP/Promaben, 2021. Disponível em: <https://promaben.belem.pa.gov.br/institucional/historico/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm). Acesso em: 19 jan. 2022.

BRAGA, R.; BARBOSA, A.; ALMEIDA, L. Urbanização e áreas de alagamentos em Belém: estudo da bacia da Estrada Nova. *In*: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7., Vitória, 2014. **Anais [...]**. Vitória: CBG, 2014. Disponível em: [http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403737167\\_ARQUIVO\\_URBANIZACAOEAREASDEALAGAMENTOSEMBELEM-CGB.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403737167_ARQUIVO_URBANIZACAOEAREASDEALAGAMENTOSEMBELEM-CGB.pdf). Acesso em: 7 jul. 2022.

CUTRIM, A. *et al.* Economia Extrativa Mineral da Amazônia Paraense: Indústria-Motriz ou Economia de Enclave (Ainda)? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano 19, v. 2, n. 37, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4901>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CANTO, O. **Mineração na Amazônia**: assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: NUMA/UFPA, 2015.

CARDOSO, S. BRT funciona com vários problemas. **Diário do Pará**, Belém, PA, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/698904/brt-funciona-com-varios-problemas-em-belem?d=1>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CASTRO, E. M. R. (org.). **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, E. M. R.. Produção de conhecimento sobre hidrelétricas na área de ciências humanas no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 3, p. 31–59, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6123>. Acesso em: 21 fev. 2022.

CRUZ, S. H. R. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012. Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/SANDRA%20HELENA%20RIBEIRO%20CRUZ.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CRUZ, S. H. R.; SILVA, I. S.; SÁ, M. E. R. Segregação social do trabalho e da moradia: “Portal da Amazônia” em Belém-PA. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7221>. Acesso em: 8 jul. 2022.

CRUZ, S. H. R.; ALVES, E. S. Regularização fundiária e ações insurgentes na cidade de Belém: o caso Estrada Nova. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 214-223, jul./set. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/pK6NxKVpBbKCPnHqxXSpZvh/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2022.

CRUZ, S. H. R.; PORTELA, R. S.; NASCIMENTO, N. S. F. Formação profissional em serviço social e lutas pelo direito à cidade: trajetória do programa de apoio à reforma urbana/PARU/UFPA na região metropolitana de Belém (PA). *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 16., Vitória, ES, 2018. **Anais [...]**. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22075>. Acesso em: 8 jul. 2022.

DAMASCENO, J. R. P. *et al.* A expansão portuária e conflitos socioambientais no município de Barcarena (PA): desafios para a gestão territorial. **REUMAM**, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <http://www.reumam.com.br/index.php/revista/article/view/28>. Acesso em: 8 jul. 2022.

DIAS, D. L. **Conflitos Socioambientais e resíduos sólidos na Amazônia:** aterro sanitário de Marituba-RMB/PA, quilombolas do Abacatal e Movimento fora lixão. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) — Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2022.

FARIAS, A.A. Impactos e Conflitos Socioambientais de Grandes Projetos na Amazônia: até quando Barcarena (Pa) será uma zona de sacrifício? (no prelo).

FENZL, N. *et al.* Os “Grandes Projetos” e o processo de urbanização da Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, MA, v. 6, p. 1–25, 2020. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/13648>. Acesso em: 8 jul. 2022.

FIGUEIREDO, M. S. L. Lixões urbanos e gestão municipal. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 8, n. 21, maio 2005. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/lixoes-urbanos-e-gestao-municipal/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

GARVÃO, R. F. O surgimento de uma nova segregação em Belém (PA). O aumento da violência e a busca por enclaves fortificados. **Revista Chão Urbano**, v. 14, 2014. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qCCnI\\_Yn2xEJ:www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php%3Fid%3D76+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qCCnI_Yn2xEJ:www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php%3Fid%3D76+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 9 jul. 2022.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n. 47, p. 333–361, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCKCRVp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@:** Belém, PA: Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 2 dez. 2021.

LEÃO, M. Macro drenagem e Urbanização na Bacia da Estrada Nova: Conflitos Entre App Urbana E Reassentamento Em Baixadas De Belém/PA. *In: Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo*, 3., Belém, 2014. **Anais [...]**. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 2014.

LEFF, E. **Ecologia política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução de Jorge Calvimontes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: Sostenibilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder. México: Editorial Siglo XXI, 1998.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LENCIONI, S. Metrôpole e Sua Lógica Capitalista Atual Face ao Regime de Acumulação Patrimonial. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 149–158, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/wcGkWRm8TT8P6jymSbCz4xy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 jul. 2022.

LIMA, J.; ARRUDA, L. Pertinência e impasses na implementação de um sistema BRT na Região Metropolitana de Belém. *In: ENANPUR*, 18., Natal, 2019. **Anais [...]**. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1307>. Acesso em: 9 jul. 2022.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. *In: BURSZTYN, M. (org.) A difícil sustentabilidade*: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.

MAGNO, C. BRT: obras se estendem por 8 anos e somam problemas. **Diário do Pará**, 9 fev. 2022. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/561561/brt-obras-se-estendem-por-8-anos-e-somam-problemas?d=1>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MOURÃO, L. **Impactos Socioambientais de Projetos Urbanos na Amazônia**: Ecologia Política e Cartografia para Gestão de Recursos Naturais na Bacia da Estrada Nova, Belém/PA. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) — Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2022.

NASCIMENTO, N. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. **Argumentum**, Vitória, ES, v. 7, n. 2, p. 288–301, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/argumentum/article/view/10533>. Acesso em: 9 jul. 2022.

PADRÃO, L. G. B.; ROCHA, G. M. Comunicação Pública na Gestão Pública: Sustentabilidade, Mobilidade Urbana e o Caso do BRT – Belém. **Colóquio**

**Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/104>. Acesso em: 9 jul. 2022.

PEIXOTO, R. C. D.; CONCEIÇÃO, S. R.; MORAES, F. T. Fórum Permanente Fora Lixão: ação coletiva no município de Marituba (PA). **Papers do NAEA**, Belém, PA, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/10130>. Acesso em: 9 jul. 2022.

PONTE, J. P. X. Belém do Pará: Cidade e água. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 41–60, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/h8sPNs4FFz3xKg3SjzjRRNk/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RIOS, N. A. **Educação ambiental e a gestão de recursos hídricos: a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, Belém/PA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10848>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RODRIGUES, F. C. C.; FONSECA, M. F. Produção e organização do espaço urbano: impactos socioambientais na orla da estrada nova de Belém. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 2, n. 7, p. 1–37, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/127/112>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SAQUET, M.; SILVA, S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24–42, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. S. **Segregação racial em Belém: colonialidades, gentrificações e resistências populares em defesa do lugar**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019.

SILVA, L. S. *et al.* Análise comparativa entre as técnicas construtivas de pavimentação empregadas no sistema Bus Rapid Transit (BRT) – Belém-PA versus Fortaleza-CE. **Revista Ciência e Tecnologia**, v. 4, n. 6, 2018. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rct/article/view/4956>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 77-116.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, maio 2007. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/167>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VASCONCELOS, E. M. A. Lutas sociais e a cidade: a experiência do Programa de apoio à reforma urbana em Belém/PA. *In*: SENHORAS, E. M. (org.). **Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas**. Ponta Grossa: Atena, 2021.